

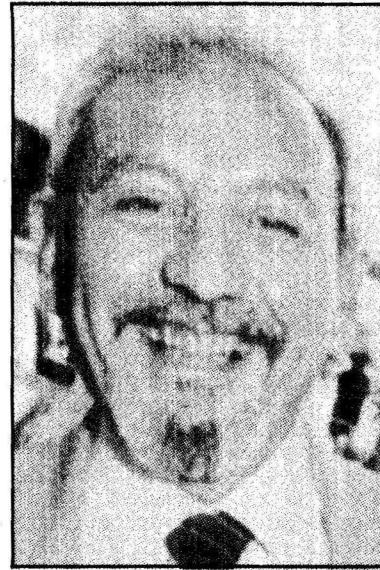
Brasil suspende negociação da dívida

As negociações entre o Brasil e os bancos credores internacionais foram suspensas ontem, em Nova York, e os negociadores brasileiros — Antônio de Pádua Seixas, Diretor da Dívida Externa do Banco Central, e Sérgio Amaral, Coordenador Internacional do Ministério da Fazenda — voltaram à noite ao País. O motivo, apontado por fontes dos próprios bancos, foi a posição dos credores, que insistem em vincular o desembolso de seus empréstimos ao Brasil à liberação dos recursos a serem concedidos pelo Fundo Monetário International (FMI). Os créditos do FMI, por sua vez, são condicionados ao cumprimento das metas trimestrais em negociação para o programa de ajustamento da economia. Este é o principal ponto de divergência entre as duas partes.

A missão de negociadores brasileiros, que retorna hoje a Brasília para consultas, se dedicará nos próximos dias a discutir a reação do Governo à resistência dos bancos em abrir mão da vinculação de seus empréstimos aos do FMI.

O Ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, quando do anúncio do acordo preliminar com os bancos, em fevereiro último, acreditava na possibilidade de assegurar, na mesa de negociações, a desvinculação entre as duas fontes de financiamento.

Segundo fontes do Governo, a posi-



Antônio de Pádua Seixas, do BC

ção dos bancos significa a possibilidade de mais um adiamento da data de fechamento definitivo do acordo da dívida externa. Mesmo no caso de aceitação, pelo Governo, da exigência dos bancos, seria necessário esperar pela conclusão das negociações com o FMI.

Já estava acertado que o primeiro desembolso seria feito em julho, quando o Brasil tivesse um acordo com o FMI, e seria de US\$ 4

bilhões. O segundo seria de US\$ 600 milhões, no final do ano; e o último, no primeiro semestre de 1989, também de US\$ 600 milhões — disse ao GLOBO um banqueiro americano.

Este não é o único ponto importante pendente nos entendimentos mantidos em Nova York. As discussões com o comitê assessor dos bancos sobre aspectos jurídicos do acordo têm esbarrado na reivindicação brasileira de colocar a salvo dos credores os depósitos e aplicações do País no mercado financeiro internacional. O Governo brasileiro tenta retornar às condições que imperavam nos acordos com os bancos antes da crise do endividamento externo do País, a partir de 1982; os bancos querem revalidar a cláusula dos contratos firmados no período de 1983/84, que lhes permite ter acesso aos depósitos brasileiros no exterior, desde que se sintam lesados em seus interesses.

A eventual aceitação da proposta dos credores de vincular os seus desembolsos aos do FMI também representa uma tentativa dos bancos privados de reeditar as regras que vigoraram para os acordos estabelecidos no Governo Figueiredo.

Contudo, apesar da suspensão das negociações, o comitê ainda mantém o dia 16 de junho como a data para se chegar à "massa crítica" (cerca de 90%) de adesões dos bancos ao pacote de US\$ 5,2 bilhões acertado preliminarmente com o Brasil.